



Adolescência negra: uma etnografia sobre os efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil

Heloísa Marcelle da Silva Brito

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

<https://orcid.org/0009-0000-1585-0735>

Priscila Pavan Detoni

Universidade Federal da Fronteira Sul, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-7436-2229>

Adelmir Fiabani

Universidade Federal da Fronteira Sul, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-8573-4227>

José Ribamar Fernandes Saraiva Júnior

Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-2775-3750>

Introdução

“Uma criança que não seja abraçada por sua tribo, quando adulto, queimará a aldeia para sentir o calor”.
(Provérbio Africano)

O Brasil, país latino-americano historicamente marcado pelo escravismo colonial, carrega ao longo de gerações, mesmo com os efeitos e conquistas normativas, as marcas de um passado segregacionista, perpetuado nos discursos e nas relações herdadas da colonização. Um problema, muitas vezes, invisibilizado pela falácia da democracia racial. Nesse sentido, Almeida (2019) cita três concepções de racismo que tentam explicar tal contexto: individualista, institucional e estrutural. Na concepção individualista, o racismo é percebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade, seria uma “irracionalidade” a ser combatida por meio de leis e punições no campo jurídico. Sob esta visão, “não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo” (ALMEIDA, 2019, p. 25). Na concepção institucional, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições. Na visão institucionalista, “o racismo não se separa de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas” (ALMEIDA, 2019, p. 28). Na concepção estrutural, o racismo é um processo político e histórico. “Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros” (ALMEIDA, 2019, p. 35). Histórico por ser um processo estrutural, ou seja, o racismo se manifesta “de forma circunstancial e específica; em conexão com as transformações sociais” (ALMEIDA, 2019, p. 36).

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para fixar negros e indígenas na condição de grupos subordinados, no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Essa ideologia é estabelecida por meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, compartilha e perpetua a crença de que as classificações e os valores ocidentais brancos são universais. Nesse sentido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficiência pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, concomitantemente à negação da própria raça, da própria cultura (GONZALEZ, 2020).

Gonzalez (2020) discute duas formas de racismo: o racismo explícito, cujos efeitos sobre os grupos discriminados são perceptíveis, e o racismo por denegação, aquele que ocorre de forma mascarada. Na verdade, a identidade racial própria é de fácil percepção por qualquer criança desses grupos. No caso das crianças negras, elas crescem sabendo que o são, sem se envergonhar disso, o que lhes permite estruturar outras formas de percepção no interior da sociedade onde vivem. Nessa perspectiva, é justamente a consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de conquista, afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado “inferior”. A dureza dos sistemas fez com que a comunidade negra se unisse e lutasse, em diferentes níveis, contra todas as formas de opressão racista. Já nas nossas sociedades de racismo por

denegação, como no Brasil, o processo é diferente, nega-se subjetivamente o legado afro-americano. O que não significa que vozes solitárias não se ergam, efetuando análises/denúncias do sistema opressor (GONZALEZ, 2020).

O racismo é uma violência latente no cotidiano de pessoas negras desde a infância. Dessa forma, na percepção social estrutura-se uma supervalorização de características da branquitude e de desvalorização da subjetividade negra. Essa percepção é perpetuada pelas crianças em suas brincadeiras e nas maneiras de se relacionarem. Esse contexto impacta a saúde mental das crianças e adolescentes negros e negras, gerando sentimentos de inferioridade e uma imagem negativa sobre si. Evidenciam-se, dessa forma, adoecimentos psíquicos causados pelas práticas racistas no ambiente escolar, tais como problemas de socialização, aumento de ansiedade, depressão e até mesmo ideação e tentativas de suicídio (OLIVEIRA et al., 2021).

As vítimas do racismo podem desenvolver patologias tanto em situações agudas ou crônicas dos atos. A criança que está em processo de edificação de sua identidade apresenta como uma das primeiras reações a negação de si mesma e de sua identidade. O racismo gera constrangimento social, psicológico, cultural (FIABANI; FIABANI, 2020) e perpassa por toda a vida da pessoa agredida. Um dos aspectos mais importantes para o desenvolvimento sadio da criança é a harmonia efetiva nos distintos âmbitos vitais. Nesse contexto, o artigo 5º da lei nº 8.069 surge com o intuito de ratificar que nenhuma criança ou adolescente deverá ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2002). Entretanto, em decorrência de um histórico discriminatório perpetuado, os infantes negros convivem cotidianamente com uma formação social que lhes negam a possibilidade de autoaceitação, bem como, de afirmação, enquanto seres capazes de atuação nos diversos contextos. Desse modo, o racismo transcorre o seio social, perpassando gerações e retomando, diariamente, batalhas que pareciam terem sido superadas, ressurgindo, assim, novos moldes de opressão, uma vez que se faz necessária a mobilização do estado, da sociedade e dos indivíduos, objetivando direcionar a igualdade jurídica para a igualdade de oportunidades e de tratamento (SILVA JÚNIOR; TEIXEIRA, 2016).

A falta de respaldo emocional relacionado ao contexto racista vivenciado é um facilitador para o estabelecimento de diferentes transtornos mentais, que podem estar relacionados aos efeitos do racismo, especialmente nessa fase de desenvolvimento em que a constituição psíquica ainda não está formada. Elencando a problemática do racismo na infância, no Brasil, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) defende que o racismo impacta, psicológica e socialmente, de forma danosa, a vida de toda e qualquer criança ou adolescente (UNICEF, 2010). Nesse sentido, objetivou-se, através de um estudo em uma escola pública municipal, analisar os efeitos do racismo, sobretudo os efeitos psíquicos em adolescentes que se autodeclaram negros ou negras. No entanto, é fundamental ressaltar que o racismo e as práticas discriminatórias não prejudicam somente as pessoas negras, mas toda a estrutura social e institucional que as envolve. Ele macula as instituições e causa uma espécie de afirmação em pessoas brancas que frequentam o mesmo ambiente.

A relevância desta pesquisa está na possibilidade de investigar os processos subjetivos resultantes do racismo em adolescentes em idade escolar, bem como compreender como as práticas racistas impactam negativamente a saúde mental. Além disso, busca-se identificar formas de enfrentamento eficazes contra essas práticas. Vale salientar a escassez de pesquisas desse molde, o que evidencia uma lacuna que necessita ser preenchida (LAGES et al., 2014), pois as doenças físicas afetam o corpo do indivíduo,

enquanto os preconceitos e o desmerecimento das identidades culturais agridem as subjetividades, e esse contexto pode afetar o sujeito psíquico, provocando depressão, desmotivação e baixa autoestima.

Desse modo, destaca-se, também, a importância da instrumentalização dos profissionais da saúde e educação, para que haja um cuidado que reconheça as necessidades e peculiaridades da criança e adolescente negro/a, já que eles/as, muitas vezes, estão imersos/as em uma realidade estressora peculiar. Ademais, soma-se a isso a necessidade de repercutir essa discussão no cenário escolar para que os/as professores/as possibilitem mudanças, encorajem familiares e estudantes no combate ao racismo cotidiano e vislumbrem uma educação libertadora, pois o ensino que possibilita transgredir as fronteiras raciais, objetivando o dom da liberdade, é um dos principais objetivos da educação (HOOKS, 2013). E por que não da saúde?

Percurso metodológico

Este é um estudo qualitativo, com base na etnografia e análise temática (MINAYO, 2012). Inicialmente, foi realizada uma palestra para sensibilização e apresentação do tema do racismo na escola, que autorizou a pesquisa para todos os alunos do ensino fundamental II, informando a diferenciação de termos como discriminação e preconceito racial (MUNANGA, 2003), e das concepções do racismo, conforme Almeida (2019). Partindo da perspectiva de que é na escola que se estabelecem os primeiros laços relacionais e que ela pode ser promotora e edificadora de mecanismos de autoidentificação do indivíduo com o espaço, com os seus pares e consigo mesmo, além de sua relação com a formação humana e efeitos da sua omissão ou enfrentamento em relação ao racismo, considerou-se a necessidade de investigar os efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil.

Após a palestra, foi feito um convite aos estudantes do ensino fundamental II que se autodeclaravam negros e que já haviam sofrido algum tipo de preconceito ou discriminação racial. Aqueles que se sentissem à vontade foram convidados a escrever cartas sobre o racismo vivido no cotidiano e seus efeitos, e posteriormente a integrar um grupo focal para discutir a temática. Foi necessário que cada estudante participante da pesquisa retirasse o bloco individual de termos de consentimento e assentimento com senha numérica, na direção da escola, e levassem para casa, a fim de serem assinados, conforme aprovação do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa: 5.736.372. Os termos foram devolvidos ao mesmo local dentro de um prazo máximo de quinze dias e foram armazenados em uma caixa de depósito específica antes de serem utilizados para a redação das cartas. Ressalta-se que esse material estava identificado com senhas numéricas para que pudesse ser feito o controle e os alunos recolhessem o material com o número correspondente ao do seu bloco de termos. Próximo à caixa encontrava-se também um mural, informando local e data de realização do grupo focal, de forma a manter a preservação sobre o espaço de realização do encontro. É importante enfatizar que o grupo focal teve adesão apenas de meninas, não apresentando a presença de adolescentes do sexo masculino. Antes de iniciar o grupo focal, as participantes preencheram um formulário de dados sociodemográficos disponibilizado pelos pesquisadores, objetivando identificar as características das participantes, tais como idade, gênero, condições socioeconômicas e de saúde, acompanhamento em saúde mental, psiquiátrico ou psicológico, qualidade do sono e frequência de sentimento de tristeza.

Este artigo, conforme já explicitado, evidenciará somente a experiência do grupo focal com as adolescentes negras, sobre os efeitos do racismo na saúde mental. O encontro foi gravado e transcrito, e também foi utilizada a ferramenta do diário de campo. Os grupos focais são dispositivos de pesquisa nos quais se pretende coletar informações sobre um determinado tema, por meio do diálogo entre indivíduos, reunidos em um mesmo local e durante um período determinado (DALL'AGNOL et al., 2012). Esse tipo de grupo também é um instrumento para compreender o mecanismo de construção das percepções, das atitudes e das representações sociais (VEIGA; GONDIM, 2001). O grupo focal, tecnicamente, tem o objetivo de produzir informações sobre um determinado tema específico através da discussão participativa. Tal mecanismo valoriza a interação entre os membros do grupo e entre estes e os pesquisadores (PIRES; SANTOS, 2019).

O grupo focal foi realizado em uma sala privativa, no espaço escolar, tendo durado 60 minutos e contando com a presença de seis adolescentes identificadas, de modo a manter o sigilo, como P1; P2; P3; P4; P5 e P6; e da equipe de pesquisa. Foram realizados questionamentos disparadores, para ampliar a discussão de acordo com o roteiro pré-estabelecido em relação ao que se entendia pela definição de racismo e sobre o debate com outras pessoas acerca do tema, bem como questões sobre autoidentificação, representatividade e aparência. É importante destacar que, apesar do grupo focal ser composto por seis participantes, nem todas elas contribuíram com falas sobre as questões sugeridas, participando, dessa forma, como ouvintes, ou as falas proferidas não se enquadram nas análises temáticas delimitadas neste artigo. Nesse sentido, evidencia-se no artigo a ausência de falas de P4, P5 e P6 por esse motivo.

Para a pesquisa, foi utilizado o método descrito por Minayo (2012), que adota a análise temática para estabelecer categorias e identificar padrões relevantes. Para validação dos resultados, realizou-se uma apresentação e discussão das respectivas categorias, de forma geral, sem a identificação das participantes, com o mesmo grupo que havia participado da palestra inicial, de modo a realizar uma pesquisa “com” e não “sobre” (BRANDÃO; STRECK, 2006), para que o estudo possa fazer sentido na perspectiva de uma educação antirracista e atue pela melhoria da saúde mental e global de estudantes adolescentes negros e negras.

Resultados e discussão

Apartir da análise das respostas do questionário sociodemográfico, foi possível conhecer o perfil das participantes da pesquisa. Destas, três se identificaram como pardas, uma como parda ou branca, outra deixou a informação sem preencher e a última, apesar de assinar os termos que confirmam sua autodeclaração como negra para participar da pesquisa, preencheu o questionário relacionado à cor da pele declarando-se como branca. A maioria das adolescentes, com idades entre 13 e 16 anos, não estava em um relacionamento. Elas cursavam o 8º ou 9º ano escolar, gostavam de frequentar a escola e não tinham problemas de saúde ou diagnósticos de doenças mentais. No entanto, todas relataram sentir ansiedade; uma delas declarou ter tido depressão e, inclusive, ideação suicida. Sobre ter com quem contar, e se dormem bem à noite, a maioria deu resposta positiva. Já sobre sentir-se triste com frequência, a maioria afirmou que sim. Ainda, no que diz respeito à percepção individual sobre sentir-se excluída dos grupos de amigos/as, a metade confirma que passa ou passou por isso. Ademais, evidenciou-se que todas as participantes que não dormem bem à noite, sentem-se tristes com frequência,

bem como todas aquelas que se sentem excluídas dos grupos de amigos/as, também têm o mesmo sentimento de tristeza frequente. Além disso, foi possível perceber que há um atraso médio de dois anos escolares dessas meninas.

Quanto à categorização das temáticas abordadas com base nos resultados do grupo focal, destacam-se as famílias inter-raciais, a falsa democracia racial e os efeitos psíquicos do racismo nas adolescentes pesquisadas.

Famílias inter-raciais e a falsa democracia racial: colorismo e branqueamento

Meu padrasto é meio que preconceituoso, ele faz umas brincadeiras super nada a ver, sem graça. Daí vivo falando pra ele sobre essas coisas, porque, tipo, ele tem uma filha pequena em casa. Eu vivo falando pra ele que isso não é certo, porque se ela falar isso na escola vai ser ruim, mas ele mesmo assim continua, não me escuta não (P1).

Nota-se nesta fala, uma relação bastante conflituosa entre a participante (P1), negra, filha de mãe negra, e o seu padrasto, homem branco e, aparentemente, preconceituoso, convivendo em meio a uma família inter-racial. A menina salienta a postura preconceituosa do padrasto, ao mesmo tempo que demonstra a preocupação acerca da sua irmã mais nova, filha do casal inter-racial que, convivendo e aprendendo tais posicionamentos racistas, bem como absorvendo falas discriminatórias, poderá propagar tal acervo ideológico. Desse modo, a angústia expressa pela participante é compreensível, considerando que os comentários pejorativos do padrasto sobre a população negra influenciam a percepção da irmã, gerando repulsa tanto em relação ao outro discriminado quanto à própria autoidentificação.

Assim, a socialização que se inicia na família e se amplia com o convívio escolar, ao invés de ser uma experiência agregadora no desenvolvimento da criança negra, acaba tornando-se um fator negativo na constituição de sua autoimagem. Com isso, o silêncio que abarca a questão racial nas distintas instituições sociais contribui para que se entenda a diferença como desigualdade, como desvio, como anormalidade (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2012).

Soma-se a esse fato a falsa percepção de que tais atitudes funcionam somente como uma “brincadeira”. Quando, na verdade, reafirmam e depreciam o mesmo grupo racial discriminado e, ainda, fazem emergir um sentimento de não pertença e deslocamento daquele âmbito que deveria ser núcleo de acolhimento e respeito. Como pode ser identificado ainda no relato da participante em questão:

Sabe, pra mim, a gente precisa falar mais sobre o racismo em casa. Às vezes, esse preconceito vem de casa mesmo, tipo, se a criança ver os pais falando sobre aquilo, as crianças vão puxar e falar sobre aquilo também... isso que eu vivo falando para o meu padrasto, mas ele não me escuta. Daí minha mãe fica falando que é só brincadeira e eu falo que não é só brincadeira, tipo, daqui um tempo a minha maninha também vai começar a fazer isso, daí vai dar consequência (P1).

Schucman (2018) apresenta um contexto parecido com o vivenciado em seu estudo. Trata-se da história de uma menina negra que está engendrada num conjunto de outras histórias, as quais compõem uma pesquisa sobre famílias inter-raciais, no intuito de perceber se e como os sujeitos dessas famílias legitimam e/ou desconstruem as hierarquias raciais dentro de suas relações íntimas. A pesquisa de Schucman (2018) confirma que, por diversas vezes, a família legitima questões discriminatórias e, dessa forma, abarca em seu estudo diversos aspectos para analisar o lugar que a ideia de raça ocupa na família. Dessa forma, tanto a negritude como a branquitude podem ser elementos importantes para pensar o desenvolvimento e a qualidade dos vínculos familiares. Nesse contexto, é observada na relação familiar de P1 que, a fim de manter um ambiente livre de conflitos com o parceiro, branco, a mãe, negra, da participante, mesmo sendo também vítima do processo discriminatório que é perpetuado, silencia os fatos explanados e identificados por sua filha.

Desse modo, essa dinâmica familiar reitera aspectos da estrutura social e, assim, a hierarquia e as violências raciais já vividas no exterior da família são repetidas no interior do espaço familiar, nas situações cotidianas. A relação entre os casais, os pais e as filhas, em vez de ser um vetor para desconstrução e reelaboração do racismo, é o espaço onde ele é repostado (SCHUCMAN, 2018).

O racismo começa dentro de casa, se os pais dela ficam falando isso, ela vai aprender com os pais. A educação pra evitar isso começa dentro de casa desde pequeno, se eles querem que a filha deles [...] que nem, eu fui criada de uma forma e ela foi criada de outra, só que eu fui criada para entender todos os lados, me vê naquela situação e pra respeitar as escolhas dos outros [...] que nem, eu já conheci gente negra que pegaram e ficaram com medo de mim, só porque eu era bem, era mais clara do que eles, porque acharam que eu ia fazer racismo. Daí eu peguei e expliquei que cada um foi criado de uma maneira e eu fui criada para entender e respeitar os outros, independente da cor ou do gênero (P2).

Observa-se no relato da participante P2 uma formação familiar antagônica à de P1, pois parece que houve um maior diálogo, por parte dos responsáveis legais, a respeito do racismo e do seu enfrentamento. As distintas formas de socialização praticadas por essas famílias apontam, em uma primeira análise, naturalização e silenciamento do preconceito e da discriminação racial, o que pode ser associado, também, à dificuldade da mãe em falar de questões que provocam mal-estar emocional, podendo ser, dessa forma, uma alternativa de estratégia para o enfrentamento do problema. Por outro lado, a família de P2, mesmo possivelmente apresentando dificuldade e desconforto diante de um problema tão delicado, demonstra atitudes de resistência, orientando-a contra o preconceito e a discriminação racial. Talvez essas famílias, de formas distintas, mas com intuitos semelhantes, tenham estruturado mecanismos diferentes de superação, dentro das suas possibilidades, que não dialogam entre si, nem se apresentam como certas ou erradas, mas constituem um processo real que é doloroso e, por vezes, mais ou menos complicado de lidar ou encarar de forma direta.

A rede de significações atribui ao corpo negro a significância do que é indesejável, inaceitável, contrastando com o corpo branco, parâmetro de autorrepresentação das pessoas (NOGUEIRA, 1998). Esse contexto de significações transcende e atravessa todos os processos relacionais, transformando a pessoa negra, por vezes, em um objeto. Enquadra-se aqui o físico, mas também uma falsa personalidade e desprendimento moral que essa mesma sociedade construiu e propaga a respeito desses indivíduos.

Nesse sentido, o negro está sempre “em falta”: de beleza, de caráter, de inteligência. Ele é, em última análise, o que não se quer ser e o que não se pode ser. E é nesse contexto de repugnância que diversas famílias inter-raciais constroem suas relações familiares: cria-se um falso ambiente de tolerância e aceitação, quando na verdade os feitos e atos racistas estão camuflados nas pequenas atitudes do dia a dia, nas falas “inocentes” e nas “brincadeiras” desconcertantes. Como é explanado pelas participantes do grupo focal nos relatos a seguir:

Tem um caso de um parente. Bem, sabe, a família do meu padrasto são tudo branco, alemão, italiano, e daí um neto dela (da família do padrasto) se casou com uma mulher negra e daí a criancinha nasceu negra, sabe?! Bem moreninha e cabelo bem cacheado e elas ficaram assim: “será que é filha mesmo dele?”, “será que ela não traiu?”, mas a mãe dela é negra, apesar de não ter o cabelo cacheado, ter o cabelo liso, mas a família dela é negra e tem bastante preconceito com a menininha [...] “ai, nossa, ela é pretinha” [...] daí em um assunto no jantar de família, que eu odeio jantar de família por causa disso, falaram bem assim: “ah, mas apesar dela ser moreninha, eu não acho que ela seja moreninha, ela é branquinha. Quando ela crescer ela vai clarear um pouquinho, mas a gente vai amar mesmo assim ela” [...] coitadinha da criança. e a mãe fica muito desconfortável com isso. Minha mãe mesmo deixou bastante de viajar pra lá, pros parentes do meu padrasto, pelo preconceito que eles tinham [...] lá é tipo um morro, onde mora muito negro, né, e lá eles fazem assim, em uma conversa mesmo em um churrasco, “se essa bandidagem, esses negrinhos, vierem roubar aqui a gente vai matar, a gente vai pra cima, porque o fulano, nome de uma pessoa lá, não deixa esses negrinhos chegar aqui [...]” sabe, eles são bastante racistas. E apesar de muitas pessoas lá ter marido, filho negro, eles continuam sendo racistas (P3).

A minha família com a família dela é muito parecida, cara. Porque tipo, eles vivem falando que vão amar a gente do mesmo jeito, só que, basicamente, minha parte da família tem mais negros do que brancos, daí vêm os caras lá [parte da família do padrasto] e fica enchendo o saco, é por isso que não vou na casa da irmã do meu padrasto, porque eu não gosto, porque ela é muito chata e eu prefiro ficar em casa, porque toda vez é uns comentários nada a ver, daí eu fico lá quieta, só observando mesmo (P1).

Os relatos demonstram a percepção impactante das adolescentes negras em relação às suas famílias inter-raciais, que se tornaram berços de posicionamentos discriminatórios e responsáveis pela estruturação, por vezes, do sentimento de não pertencimento e identificação. Tudo isso corrobora o fortalecimento de percepções autodepreciativas sobre si, sentimento de inferioridade, de exclusão, de descontentamento, de revolta e de perturbações emocionais diversas que conduzem a um posicionamento inseguro diante das adversidades da vida, contribuindo para efeitos danosos à saúde mental da criança e da adolescente afetada pela discriminação.

Efeitos psíquicos do racismo no/a adolescente: entre a invisibilidade e a passividade que adocece

O racismo afeta a gente de um modo que os outros não podem entender. Eles não pensam que uma hora a gente não aguenta mais e se isola, tem problemas psicológicos, que tem gente que já se suicidou justamente por causa do preconceito e de não serem aceitos na sociedade (P2).

O preconceito racial é um fenômeno complexo, comparável a um iceberg, cuja parte visível corresponde às manifestações do preconceito, como práticas discriminatórias observadas em comportamentos sociais e individuais, as quais podem ser explicadas por meio das ferramentas metodológicas das ciências sociais e políticas. Existe uma parte submersa do iceberg que é correspondente às consequências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas. São essas repercussões psíquicas específicas resultantes da violência racial que afetam, de maneira direta, o/a estudante ao longo do processo educativo (MUNANGA, 2015).

Em se tratando de saúde mental, duas dimensões são diretamente atacadas: a identidade e a autoestima. Não sendo possuidor de referenciais identitários valorizados perante a sociedade – heróis, pessoas bonitas, inteligentes – resta ao grupo subalterno uma identificação com a sua “inferioridade natural”. Instala-se, assim, a baixa autoestima, desvalorizando-se e acreditando que é inferior. Como consequências somáticas, têm-se a depressão, a autodepreciação, a ansiedade, a síndrome do pânico, dentre outras patologias que acometem os indivíduos, que seguem com tratamento medicalizado (NASCIMENTO; MOTA, 2019).

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi edificada pelo Ministério da Saúde (MS) em 2009, com o objetivo de promover a saúde integral da população negra, buscando, dessa forma, a redução das desigualdades étnico-raciais e o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2018).

Dentre as formas de discriminação mais evidentes, o racismo é, com frequência, citado nos estudos científicos, envolvendo a saúde das populações. Se, por definição, o racismo é entendido como atitudes, crenças e conformações institucionais que tendem a subjugar e excluir grupos e pessoas em virtude de características fenotípicas, é importante sinalizar que esse processo de hierarquização, discriminação e exclusão exerce papel primordial na forma como o indivíduo se percebe na sociedade. Em outras palavras, a vulnerabilidade das minorias raciais é também compreendida sob a luz do acúmulo de estressores e, com isso, o estresse é colocado como um fator explicativo para o impacto do racismo sobre a saúde (NASCIMENTO; MOTA, 2019).

Essa realidade pode ser compreendida e ratificada em depoimentos das participantes da pesquisa, após serem interrogadas se já se sentiram com autoestima baixa em decorrência do racismo, conforme mostra a fala de P2:

Eu quando eu senti eu cheguei a me isolar da minha família toda. Eu entrei em depressão, que eu tenho depressão estágio 1 e tenho ansiedade avançada já, só que eu não preciso tomar medicamento, porque eu sei controlar bem isso tudo. Só que eu, teve uma época ali que eu me afastei do mundo, eu só ia pro colégio porque era minha obrigação de estudante e tudo, mas quando eu chegava em casa eu só saía pra

comer e às vezes nem isso eu fazia. Eu me isolei total, que eu chegava a ficar de cama, febre e tudo. Daí meus pais ficavam preocupados e tudo, só que eu não me abria pra eles [...] (P2).

Dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) indicam que a taxa de suicídio entre jovens negros é significativa e superior à de jovens brancos. A tendência da taxa de mortalidade por suicídio entre adolescentes e jovens negros apresentou um crescimento significativo no período de 2012 a 2016. Em 2012, a taxa de mortalidade por suicídio entre adolescentes e jovens negros foi de 4,88 óbitos por 100 mil. Esse índice aumentou 12% em 2016, atingindo 5,88 óbitos por 100 mil. Por outro lado, a taxa de mortalidade por suicídio entre os brancos permaneceu estável, isto é, a variação não foi significativa estatisticamente. A explicação para isso é que os negros estão mais suscetíveis e vulneráveis ao sistema estrutural de desigualdade.

Em 2016, a cada 10 suicídios em adolescentes e jovens, seis envolveram negros/as. Além disso, a taxa de mortalidade por suicídio cresceu entre os adolescentes (10 a 19 anos) negros/as no período de 2012 a 2016 e foi estável entre os jovens (20 a 29 anos). De acordo com o Ministério da Saúde, as principais causas de suicídio entre jovens negros são: sentimento de inferioridade, sentimento de não pertencimento, solidão, rejeição, maus tratos, isolamento social e violência (BRASIL, 2018). Esse contexto pode ser percebido na continuidade da fala da participante P2:

[...] porque eu já tentei suicídio cinco vezes, e eu nunca cheguei a me matar mesmo, porque sempre alguém chegava na hora, sendo que foi minha prima que descobriu, ela que me ajudou muito. Ela não me obrigou a pedir ajuda, ela foi devagar comigo, explicando que era bom e tudo [...] só que fui só pedir ajuda pra minha família há um ano atrás, que eu fui mesmo pedir ajuda e tudo [...] era ela que me ajudava em tudo, que daí eu peguei e contei tudo pra eles, coisa, eles ficaram bem decepcionados comigo por eu não ter contado, real, só que eles entenderam meu lado e o meu pai tem ansiedade já, então ele entendeu o porquê de tudo. Então foi minha prima que ajudou e depois que a gente teve na escola com a professora de geografia sobre isso, sobre a ansiedade, o racismo, essas coisas, que daí eu peguei e fui e fiz um trabalho, só eu mesmo, cartaz e tudo; e ela pegou e leu e depois pegou e veio em mim pra falar para os meus pais pedir ajuda de um psicólogo [...] eu frequentei durante dois meses, só que daí eu não estava me sentindo muito confortável de tá indo toda semana pra lá, porque eu tinha que ir de ônibus e voltar, daí eu não sentia muito confortável, porque toda vez eu chorava, então eu peguei e parei; só que ano que vem eu quero pegar e voltar a ir (P2).

Esse contexto mostra a face mais sombria do racismo e da discriminação racial: o preconceito que mata. A exclusão, a rejeição e a indiferença sofrida cotidianamente massacram e ferem o espírito de vida que habita em cada uma, a autoestima, o querer existir. Ademais, erros e preconceitos vêm sendo historicamente repetidos, contribuindo para a formação de um estigma em torno da doença mental e do comportamento suicida. O estigma resulta de um processo em que pessoas são levadas a se sentirem envergonhadas, excluídas e discriminadas, contribuindo, por vezes, para a não procura de ajuda especializada para enfrentar o problema (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2014).

Além disso, em casa, esses mesmos indivíduos também são vítimas desse silenciamento que ignora sua condição e corrobora a permanência e a perpetuação desse falso mito da democracia racial, como relata a participante P1:

Já lá em casa, eu falo com minha mãe essas coisas, tipo, aconteceu muita coisa no ano de 2019 que eu quero deixar lá, não quero mais lembrar, daí eu tentei abrir com minha mãe, tentei falar com ela, só que minha mãe fica falando “quer chamar atenção! Quer destruir a família” e, tipo, ela não escuta, eu quanto mais tento falar, mais ela não me escuta [...] ela fica falando “ah, mais eu tô do seu lado”, mas ela não me escuta, afinal, eu tento chegar pra ela, tento falar, mas ela parece pior que cega. Às vezes acontece na frente dela, eu já falei pra ela mais de mil vezes, e ela não faz nada. Daí hoje em dia eu tô tentando ficar longe da maioria das pessoas que me faz mal. Daí ela fala que eu só fico no celular, mas eu só quero ficar no meu canto e vem gente falando que eu tô com depressão, essas coisas [...] daí minha mãe fica falando que isso aí não tem nada a ver, que é frescura [...] e eu vivo falando pra ela “mãe, isso é uma coisa psicológica, é uma doença em que a pessoa precisa de ajuda” e tipo, ela fica falando que eu tô querendo chamar a atenção, tipo, a minha mãe, ela, tipo, não consegue colocar mais nada na cabeça dela. Ela pensa assim e, tipo, eu acho que ela não vai mudar, então não tem o que falar (P1).

Ao encontro dessa mesma ideia, outra participante completa:

“Eu já não pedi ajuda justamente por isso, no início, e foi minha prima que me ajudou a aceitar [...] Era ela que ajudava em tudo, depois que eu peguei e contei para os meus pais, eles ficaram bem decepcionados comigo, por eu não ter contado, real, só que eles entenderam meu lado e o meu pai tem ansiedade já, então ele entendeu o porquê de tudo [...] (P2).

É perceptível, na fala das participantes, mais que um descontentamento ou tristeza, mas uma postura de desistência em relação à tentativa de modificar a visão da sua família acerca da problemática. Já foi tão desgastado esse processo de tentativa de fala, pela indiferença, descrença ou desprezo de sua dor, que elas não enxergam esperança ou possibilidade de ajuda em um diálogo. E é a partir desse momento que emergem os transtornos mentais, decorrentes desse ambiente de apatia em que, já isoladas por todo o contexto em que estão inseridas, as participantes se veem também impossibilitadas de ter a garantia de suporte, empatia e acolhimento. Soma-se a isso o fato de que tais transtornos surgem não somente relacionados ao racismo direcionado a si, mas voltado, muitas vezes, às pessoas próximas, como abordado pelas participantes desta pesquisa:

Pra mim, afeta, porque eu me coloco no lugar das pessoas muitas vezes, mesmo não demonstrando muito. Eu pego me sinto triste, mal. E eu tenho praticamente um psicológico não muito bom, coisas que aconteceram comigo anos atrás e tudo, então pra mim eu pego e fico as vezes dias de cama, em casa [...]. Eu já cheguei no início do ano, eu faltei muito colégio, porque eu vinha e voltava pra casa, porque eu passava muito mal direto, por causa das coisas que eu me colocava no lugar dos outros também [...], de lembranças antigas e tudo, daí eu tenho ansiedade, daí começava atacar, passava mal, então, daí eu peguei e abaixei muito minhas notas nisso de faltar à escola (P2).

Eu sei, meio que já percebi nela, ela, tipo, no começo do ano ela mal ficava um pouco na aula, daí ela ficava um pouco e do nada começava as crises dela, ela ia direto pra casa [...] sobre os sentimentos que tu tava falando, pra mim, eu também, eu vivo me colocando no lugar dos outros, tipo, eu me sinto muito ruim, eu sinto como se aquela situação que aconteceu com a pessoa acontecesse comigo, por isso que eu nunca faço mal de nada com a pessoa, com ninguém, porque eu me coloco no lugar (P1).

E eu já passei pelo racismo, então, é que as pessoas, realmente, para elas saberem elas têm que sentir na pele o que é. É que a pessoa praticamente tem que se colocar no lugar da outra pessoa para saber o que sente, eu praticamente não sou muito de demonstrar sentimento ultimamente com outras pessoas, a não ser com minha família. Quando eu vejo uma coisa errada eu pego e já defendo [...] (P2).

O ambiente é fundamental para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Se for hostil, pode paralisar e impedir o pleno exercício de suas potencialidades. Em contraste, quando é estimulante, acolhedor e proporciona um sentimento de pertencimento, a criança desenvolve defesas e mecanismos psíquicos essenciais para interagir com o mundo externo. Isso ajuda a minimizar o impacto de traumas e surpresas, suavizando os efeitos das rupturas naturais da vida. Nesse sentido, a escola deveria acolher a criança negra. Entretanto, por vezes, esses ambientes contribuem para inibição da identidade, dos sonhos e do desenvolvimento cognitivo (FIABANI; FIABANI, 2020).

A escola pode ser protetiva para a saúde mental, contudo diante do contexto discriminatório estabelecido e, muitas vezes, invisibilizado, contribui para a permanência e a perpetuação de práticas adoecedoras, as quais incluem a segregação, a exclusão social e o isolamento do grupo oprimido, que conduz, por exemplo, à tristeza frequente e à desregulação das atividades fisiológicas.

Nesse contexto, é importante enfatizar que foi identificada na coleta dos dados sociodemográficos das participantes desta pesquisa a existência de uma relação entre o sono, a exclusão social e os níveis de tristeza. Nessa perspectiva, todas aquelas que não dormem bem à noite sentem-se tristes com frequência e todas as que se sentem excluídas dos grupos de amigos/as também se sentem tristes com frequência.

Distúrbios do sono são queixas frequentes nas consultas médicas de rotina pediátrica. Na maioria das vezes, eles se manifestam como uma condição primária, mas também podem estar associados a doenças orgânicas variadas ou comorbidades psiquiátricas, como ansiedade, depressão e bullying. (NUNES; BRUNI, 2015). Quando se trata de doenças psiquiátricas, é importante estabelecer a relação entre a falta de sono e a tristeza frequente nas participantes da pesquisa. Isso é apoiado por um estudo sobre sintomas de depressão em adolescentes de 14 a 18 anos, conduzido no Oregon Adolescent Depression Project, que identificou alterações no sono, humor deprimido e dificuldades no pensamento como os sintomas mais prevalentes (ROBERTS; LEWINSOHN; SEELEY, 1995).

De forma concomitante, é evidente que a relação entre saúde mental e interação social também desempenha um papel crucial no desenvolvimento ou na prevenção de patologias psíquicas, como a depressão. Na presente pesquisa, a intersecção entre as participantes excluídas dos grupos de amigos/as e aquelas que se sentem tristes com frequência reforça essa ideia. A depressão é consequência de relações afetivas e sociais insatisfatórias e disfuncionais que propagam hábitos prejudiciais, sobretudo, no ambiente escolar e familiar (BARROS et al., 2006). Soma-se a isso o fato de que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra reconhece o racismo e as desigualdades étnico-raciais como determinantes sociais das condições de saúde (BRASIL, 2009), o que está associado à realidade das participantes, já que elas se autodeclararam pardas e fazem parte de um contexto de vivência de discriminações relacionadas à cor.

Os efeitos do racismo e da discriminação sobre a saúde podem ser agudos ou crônicos, atuando através dos mecanismos fisiopatológicos do estresse. A exposição a atos racistas e discriminatórios pode funcionar como um estressor agudo, enquanto viver em uma sociedade racista pode funcionar como um estressor crônico (BARATA, 2009).

De acordo com Silva (2015), um grande número de achados científicos tem mostrado que a exposição prolongada a estressores provoca mudanças químicas e estruturais em várias regiões cerebrais. Estudos em humanos e de modelo animal têm demonstrado essas alterações, por exemplo, em áreas como o hipocampo e o córtex pré-frontal.

Waelde et al. (2010) destacaram que um número significativo de pessoas apresenta transtornos como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático. Um estudo realizado na Holanda com 4.800 participantes, divididos igualmente entre os que sofreram e os que não sofreram discriminação racial, revelou que aqueles que enfrentaram discriminação racial tinham duas vezes mais chances de desenvolver problemas psicológicos nos três anos seguintes.

Essa realidade revela as múltiplas facetas do racismo, especialmente o racismo que adocece, silencia, inibe e extermina. O racismo que perpetua e causa efeitos mentais negativos também pode levar ao desenvolvimento de patologias, às vezes irreversíveis. É o racismo que pressiona a existência até levar à ruína; que causa adoecimento e, diariamente, a morte prematura de milhares de jovens negros/as na sociedade brasileira.

Considerações finais

Este trabalho evidenciou que a família funciona como um microcosmo da sociedade, perpetuando o racismo e silenciando as tentativas de enfrentamento. Essa postura desvaloriza o sofrimento vivido por adolescentes autodeclaradas pardas, o que contribui para o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos. Ademais, foi percebido que a baixa autoestima e o sentimento de inferioridade desencadeados pelo racismo são facilitadores para o surgimento de doenças mentais como ansiedade e depressão, intensificando a possibilidade da ocorrência de tentativas de suicídio. Evidenciou-se, através deste estudo, que as práticas racistas impactam os relacionamentos familiares e o rendimento escolar.

É extremamente importante compreender como essas experiências acontecem no contexto escolar e impactam o processo formativo e o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes pardas. Esse processo seria viabilizado mais facilmente, caso houvesse um amplo reconhecimento do racismo enquanto problema social, bem como a identificação do papel e a tomada de consciência relacionada à responsabilidade que deveria ser empreendida por cada ator social em torno da prática ou do combate à problemática (MORAES, 2022).

Assim, é necessário que as escolas estabeleçam mecanismos e novas abordagens para lidar com as adversidades relacionadas ao racismo no ambiente escolar, além de desenvolver e avaliar instrumentos teórico-práticos de ensino voltados para a formação antirracista e a mitigação dos impactos psíquicos e sociais decorrentes de perspectivas discriminatórias. Além disso, os profissionais da saúde e da educação devem se capacitar com ferramentas adequadas para lidar com essa problemática, buscando também acolher as necessidades específicas de crianças e adolescentes negros, que frequentemente enfrentam não apenas a dor do preconceito, mas também o desconforto da indiferença em relação às questões que afetam sua realidade, como o racismo e sua influência na saúde.

Pode-se compreender que o adoecimento mental causado pelo racismo vai além da agressão direta ao indivíduo, pois a exposição a situações de preconceito dirigidas a outras pessoas também contribui para o desenvolvimento de comorbidades psicológicas e psiquiátricas, que demandam cuidado e tratamento.

As limitações encontradas neste estudo incluíram: dificuldade para encontrar instituições abertas à participação na pesquisa; pais e responsáveis que negaram o consentimento à participação dos filhos/as e a ausência de participantes do sexo masculino, que poderiam estar expostos a outras modalidades de racismo. Por outro lado, os pontos fortes são: escassez de pesquisas semelhantes; possibilidade de fornecer subsídios para a estruturação de mecanismos na área da saúde e educação, capazes de enfrentar essa problemática; e devolução dos resultados à instituição participante para promover debates e formações sobre o tema, além do encaminhamento das participantes aos cuidados necessários.

Nesse sentido, esta pesquisa busca, a partir de considerações preliminares, fortalecer mecanismos capazes de prevenir enfermidades complexas que afetam o corpo, a mente e a existência social de crianças e adolescentes impactados pelo racismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWICZ, A; OLIVEIRA, F. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: ABRAMOWICZ, A. et.al. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: CEERT, 2012.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.
- BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.
- BARROS, A. P. R. et al. As representações sociais da depressão em adolescentes no contexto do ensino médio. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 1, p.19-28, jan./mar. 2006.
- BRANDÃO, C. R., STRECK, D. Pesquisa participante: a partilha do saber – uma introdução. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. (Org.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006. p. 7-20.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal N° 8.069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Estatuto da Igualdade Racial**. Altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
- BRASIL. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. **Diário Oficial da União**, 13 de maio de 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CFM. **Suicídio: informando para prevenir**. Brasília, 2014.
- DALL'AGNOL, C. M. et al. A noção de tarefa nos grupos focais. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre (RS), mar. 2012.
- FIABANI, A.; FIABANI, T. A dor do inocente: implicações do racismo para a criança negra. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 8, n. 2, p. 628-647, jul./dez. 2020.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- LAGES, S. et al. Pesquisas em Psicologia Social no Campo da Saúde da População Negra no Brasil. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 13, n. 1, p. 1-10, 2014.
- MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Ciência e Saúde Coletiva, 2012.
- MORAES, J. O. A urgência do letramento racial e do antirracismo na educação brasileira. **Revista Desidades**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 36-52, set-dez. 2022.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: PALESTRA PROFERIDA NO 3º SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2003, Rio de Janeiro. **Palestra...** Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2003.

- MUNANGA, K. Por que o racismo e suas práticas e qual é a responsabilidade social que se espera dos profissionais que lidam com as questões da sociedade? **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, v. 2, n. esp., 2015.
- NASCIMENTO, B. B.; MOTA, L. M. Racismo na escola: uma questão de saúde no contexto da educação profissional e tecnológica. In: II COPENE Nordeste/ Epistemologias Negras e Lutas Antirracista, 2., 2019, João Pessoa, PB. **Anais...** Joao Pessoa, PB: UFPB, 2019.
- NOGUEIRA, I. B. **Significações do corpo negro**. 1998. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- NUNES, M. L.; BRUNI, O. Insônia na infância e adolescência: aspectos clínicos, diagnóstico e abordagem terapêutica. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 91, p. 26-35, nov./dez. 2015.
- OLIVEIRA, C. M. et al. Impacto do racismo na saúde mental de uma criança negra: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 6, p. 28768-28782, 2021.
- PIRES, F. F.; SANTOS, P. O. S. O uso de grupos focais na pesquisa etnográfica com crianças. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 21, n. 40, p. 310-342, set./dez. 2019.
- ROBERTS, R. E.; LEWINSOHN, P. M.; SEELEY, J. R. Symptoms of DSM-III-R major depression in adolescence: evidence from an epidemiological survey. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, v. 34, n. 12, p. 1608-1617, 1995.
- SCHUCMAN, L. V. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: EdUFBA, 2018.
- SILVA JÚNIOR, H.; TEIXEIRA, D. **Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos: a importância do ECA para a proteção de crianças negras**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 2016.
- SILVA, E. C. Efeitos do estresse crônico em áreas do cérebro. **Revista Estácio Recife**, Recife, v. 1, n. 1, 2015.
- UNICEF. **O impacto do racismo na infância**. Brasília: Unicef, 2010.
- VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opi. Publica**, Campinas, v. 7, n.1, p. 1-15, 2001.
- WAEDELDE, L. et al. Psychometric Properties of the Race-Related Events Scale. **Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy**. Califórnia, v. 2, n. 1, p. 4-11, mar. 2010.

Resumo Este estudo buscou analisar os efeitos do racismo na saúde mental de adolescentes em uma escola pública do interior do Rio Grande do Sul no período de dezembro de 2022 a abril de 2023. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, etnográfica com análise temática do grupo focal realizado com seis adolescentes autodeclaradas pardas/negras. Evidenciou-se, através desse estudo, que as práticas racistas impactam os relacionamentos familiares e o rendimento escolar. Identificou-se que o racismo provocou efeitos deletérios na saúde mental das adolescentes, seja pela depressão, ansiedade, ideação suicida. A busca por uma saúde mental dessa população depende de uma educação antirracista para a modificação dessa realidade.

Palavras-chave: racismo, saúde mental, educação, adolescência.

Adolescencia negra: una etnografía sobre los efectos del racismo en la salud mental infantojuvenil

Resumen La investigación buscó analizar los efectos del racismo en la salud mental de adolescentes de una escuela pública del interior de Rio Grande do Sul en el período de diciembre de 2022 a abril de 2023. Se trata de una investigación cualitativa, etnográfica con análisis temático del grupo focal realizado con seis adolescentes autoproclamados marrones/negros. Este estudio demostró que las prácticas racistas impactan las relaciones familiares y el desempeño escolar. Se identificó que el racismo provocó efectos nocivos en la salud mental de los adolescentes, ya sea a través de depresión, ansiedad, ideación suicida. La búsqueda de la salud mental de esta población depende de la educación antirracista para cambiar esta realidad.

Palabras-clave: racismo, salud mental, educación, adolescencia.

Black adolescence: an ethnography about the effect of the racism in children's and teenagers' mental health

Abstract The research sought to analyze the effects of racism on the mental health of adolescents in a public school in the interior of Rio Grande do Sul from December 2022 to April 2023. This is a qualitative, ethnographic research with thematic analysis of the focus group carried out with six self-declared brown/black adolescents. This study showed that racist practices impact family relationships and school performance. It was identified that racism caused harmful effects on the mental health of adolescents, whether through depression, anxiety, suicidal ideation. The search for mental health for this population depends on anti-racist education to change this reality.

Keywords: racism, mental health, education, adolescence.

DATA DA RECEPÇÃO: 26/11/2023

DATA DA APROVAÇÃO: 08/05/2024



Heloisa Marcelle da Silva Brito

Acadêmica de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Passo Fundo/RS. Membro da Liga Acadêmica de Pediatria Clínica e Cirúrgica (LAPCC), da Liga de Psiquiatria e Saúde Mental (LAPSAM), da Liga de Saúde da Família (LASF), da UFFS.

E-mail: heloisabrito@estudante.uffs.edu.br



Priscila Pavan Detoni

Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Passo Fundo/RS, Psicóloga, Mestra e Doutora em Psicologia Social e Institucional, Pós-Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: priscila.detoni@uffs.edu.br



Adelmir Fiabani

Docente da Universidade da Fronteira Sul (UFFS), campus Passo Fundo, curso de Medicina. Doutor em História - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pesquisa Comunidades Negras do Brasil, Relações Étnico Raciais e História da África.

E-mail: adelmir.fiabani@uffs.edu.br



José Ribamar Fernandes Saraiva Júnior

Mestre em Envelhecimento Humano, docente do ensino superior da Universidade de Passo Fundo (UPF) e da Atitus Educação. Médico Psiquiatra e médico de Família e Comunidade.

E-mail: joserfsaraivajr@gmail.com